



Mulheres negras no ensino superior: desafios de permanência acadêmica em uma instituição privada de Salvador

*Black women in higher education: academic retention challenges at a private
institution in Salvador*

Odaiane Sulivian Lima dos Santos¹

Fundação Visconde de Cairu, Salvador – BA, Brasil

Alan Rangel Barbosa²

Fundação Visconde de Cairu, Salvador – BA, Brasil

Resumo: O presente estudo teve como objetivo investigar as dificuldades enfrentadas por mulheres negras em sua trajetória de permanência no ensino superior na Faculdade Visconde de Cairu (FVC), instituição privada localizada na cidade de Salvador, Bahia. A pesquisa se fundamenta pela necessidade de expor as dificuldades enfrentadas por mulheres negras, universitárias, ao longo da formação. Este é um tema de importante relevância, considerando as lacunas históricas de inclusão de raça e gênero no circuito acadêmico brasileiro. A coleta de dados foi realizada através de questionário virtual com as estudantes. Os principais achados apontaram para a resiliência e utilização de estratégias como organização do tempo e prioridade de tarefas, mas muitas vezes à custa de seu bem-estar pessoal; desconhecimento sobre a existência e eficácia de mecanismos institucionais de denúncia, sugerindo uma lacuna na comunicação e na acessibilidade dessas ferramentas. Acreditamos que, embora limitado pelo tamanho da amostra, e escopo territorial a apenas uma instituição, oferece insights valiosos sobre os desafios socioeconômicos e as barreiras institucionais enfrentadas por mulheres negras no ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Ensino Superior, Desafios institucionais.

Abstract: The present study aimed to investigate the difficulties faced by black women in their journey to remain in higher education at Faculdade Visconde de Cairu (FVC), a private institution located in the city of Salvador, Bahia. The research is based on the need to expose the difficulties faced by black women university students throughout their education. This is a topic of significant relevance, considering the historical gaps in race and gender inclusion in the Brazilian academic circuit. Data collection was carried out through an online questionnaire with the students. The main findings

¹ Graduada em Tecnologia da Gestão Comercial pela FVC. Email: odaianesl@gmail.com

² Graduado, mestre e doutor em Ciências Sociais pela UFBA. Professor da FVC. Email: alanrangel@cairu.br

pointed to resilience and the use of strategies such as time management and task prioritization, but often at the expense of their personal well-being; lack of knowledge about the existence and effectiveness of institutional reporting mechanisms, suggesting a gap in communication and accessibility to these tools. We believe that, although limited by the sample size and territorial scope to only one institution, it offers valuable insights into the socioeconomic challenges and institutional barriers faced by black women in higher education in Brazil.

Keywords: Black Women, Student Retention, Institutional challenges.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo teve por objetivo investigar as dificuldades enfrentadas por mulheres negras em sua trajetória de permanência no ensino superior brasileiro. O ambiente acadêmico, tradicionalmente, sempre foi ocupado por homens e, de forma gradual, as mulheres (não-negras) conquistaram espaço neste ambiente enfrentando desafios sendo direcionadas a cursos considerados ‘adequados’ para elas. Com o avanço dos movimentos feministas e lutas por igualdade, houve um aumento da participação feminina na formação acadêmica.

A presença de mulheres negras no ensino superior é um tema que tem ganhado destaque nos últimos anos, principalmente devido à crescente conscientização sobre as desigualdades raciais e de gênero que persistem na sociedade brasileira.

A pesquisa teve como fundamento a necessidade de elucidar as barreiras enfrentadas por mulheres negras no contexto acadêmico ao longo da formação. A inclusão dessas mulheres na universidade tem emergido como um tema de crescente relevância, sobretudo em decorrência da conscientização crescente acerca das disparidades raciais e de gênero que persistem na sociedade brasileira, requerendo uma análise mais cuidadosa das dinâmicas institucionais e sociais que influenciam a experiência dessas estudantes.

A marginalização histórica e a exclusão do acesso à educação de qualidade para mulheres negras constituem um cenário que demanda uma abordagem específica e contextualizada. A falta de pesquisas que abordem as necessidades e desafios específicos das discentes negras no ensino superior evidencia a necessidade de investigações que contribuam para a compreensão das complexidades envolvidas na experiência dessas minorias. Dados do IBGE (2019) revelam que apenas 10,4%

das mulheres negras com mais de 25 anos concluíram o ensino superior; as mulheres brancas, 23,4%. Essa disparidade é ainda mais acentuada em instituições privadas, onde os custos e a ausência de políticas de permanência contribuem para elevados índices de evasão entre estudantes negras (Santos; Ziliotto, 2020). Nesse sentido, nosso propósito foi investigar os desafios que as discentes negras enfrentam para permanecer no ensino superior.

Como objetivo geral, investigamos as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras na sua trajetória de permanência no ensino superior. Como objetivos secundários, apontamos os principais desafios e estratégias de permanência que as discentes negras desenvolveram ao longo do trajeto acadêmico, e analisamos como o racismo e sexismº afetaram a trajetória acadêmica e a permanência das próprias estudantes.

Em relação ao percurso metodológico, adotamos uma abordagem quantitativa utilizando entrevistas estruturadas, como técnica de coleta de dados. Utilizamos o método simples de estatística descritiva, com poucas participantes, o que implica não pretender generalizar ou fazer inferências dos efeitos obtidos. Como unidade de análise, escolhemos estudantes negras da Faculdade Visconde de Cairu (FVC), Salvador, Bahia, instituição privada sem fins lucrativos, com 120 anos de existência. A FVC tem tido um papel na promoção da diversidade e inclusão, especialmente para as discentes negras que enfrentam desafios de exclusão e marginalização na sociedade brasileira. Apesar da pequena amostra para essa pesquisa, os resultados propõem um indicativo de uma realidade situada importante, Salvador, que de acordo com último censo do IBGE (2022), continua a ser a capital mais negra do país, com 83% de autodeclarados pardos e pretos.

Esta pesquisa pode fornecer subsídios importantes para o desenvolvimento de políticas e programas de apoio às discentes negras, que abordem os desafios identificados e promovam a inclusão e diversidade universitária, contribuindo para a construção de um ambiente mais equitativo e inclusivo.

O artigo está dividido em seis partes, além desta introdução: as mulheres negras no ensino superior e os aspectos estruturais; procedimento metodológico; perfil da Faculdade Visconde de Cairu; resultados e análise, e as considerações finais.

2 AS MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR E OS ASPECTOS ESTRUTURAIS

Este bloco tem por objetivo analisar a situação das mulheres negras no ensino superior, com ênfase na discussão da interseccionalidade (com raça, gênero e classe), como instrumento teórico importante para impregnar uma consciência crítica sobre os tipos de opressão. Também enfatiza como o racismo estrutural atravessa a história do Brasil, impactando nas diferentes permanências da desigualdade racial, incluindo a própria realidade das estudantes universitárias negras, e os desafios de permanência.

2.1 A interseccionalidade

Para compreender a situação da realidade das mulheres no ensino superior, é preciso apontar o aspecto interseccional que atravessa a realidade brasileira.

A obra *Mulheres, raça e classe*, escrita por Davis (2016), aborda como o trabalho doméstico, a exploração classista e os abusos sexuais sobre as mulheres negras e trabalhadoras exploradas foram historicamente deixadas de lado, ignoradas, colocando o problema da mulher de forma homogênea, sem considerar as dimensões da exploração econômica e marginalização nas origens escravocratas. Isso remonta ao famoso discurso de Sojourner Truth, “E não sou uma mulher?” (Geledes, 2014), na *Women’s Rights Convention*, Estados Unidos em 1851, em que ela, ex escrava e abolitionista, posicionou-se, criticamente, em uma reunião de clérigos que debatiam sobre os direitos das mulheres. Sua fala deixou uma pegada histórica importante, porque opôs ao discurso hegemônico de que mulheres não podiam ter os mesmos direitos que os homens. Na época, o discurso de fragilidade feminina, debilidade intelectual e do pecado original, por parte da primeira mulher, faziam coro à manutenção da desigualdade de gênero. Mas, além de atacar essa questão moral religiosa, apontando que Deus não apoiaria a desigualdade em curso, a ativista afro-americana foi além e pôs a condição da mulher negra no debate. Também, apontou as sequelas da exploração escravagista e do patriarcado. Em outras palavras, ela introduziu uma discussão sobre interseccionalidade.

Lélia Gonzales, intelectual brasileira negra, de renome internacional, refletiu bastante sobre a exclusão da mulher negra na sociedade latino-americana. Ela foi importante para o pensamento negro por abordar as fragilidades dos discursos do feminismo branco e, também, por dar voz às experiências locais de mulheres negras e indígenas da América.

Gonzales (2020) abordou a necessidade da descolonização do pensamento europeu, dentro e fora da universidade, enaltecendo as linguagens e epistemologias latino-americanas, convocando intelectuais negras para esse trabalho de desconstrução hegemônica. A autora propôs pensar 'desde dentro' as culturas indígenas e africanas, afastando-se do eurocentrismo, em uma abordagem que inclui colonialismo, imperialismo e seus efeitos duradouros. O projeto epistemológico contr-hegemônico, a amefricanidade, recupera histórias de sociedades e grupos invisibilizados pela violência colonial. A negação da presença afro-ameríndia na América perpetua o racismo e reproduz a hierarquia racial e cultural.

No caso do Brasil, há um racismo disfarçado em nome da democracia racial, como discurso eficaz de imobilidade para uma consciência racial política. A intelectual brasileira também chamou atenção para a necessidade de combater o sexism sobre a mulher negra. Ao falar sobre sua condição histórica, coloca a consciência da necessidade de *tornar-se negra*, como atitude de autonomia e valorização da negritude. Resistência e autodefinição vão de encontro com a generalização da condição racial e sexual. *Torna-se negra* é uma conquista fundamental na luta contra os discursos de superioridade do embranquecimento racial. Nesse sentido, a amefricanidade exalta o sujeito do feminismo que fala da condição racial e não apenas sexista (comum ao intelectualismo feminista europeu). A mulata, a doméstica e a mãe preta foram representações negativas decorrentes da articulação entre racismo e sexism no Brasil. Por isso, a seriedade em combater os estereótipos de maneira interseccional e articulada.

Akotirene (2019) ressaltou a necessidade de identificar o conceito de interseccionalidade como uma ferramenta analítica para analisar as opressões sobrepostas em diferentes eixos identitários construídos ao longo da Modernidade. O conceito, que foi desenvolvido por Crenshaw (1989), expõe a necessidade de articular, epistemologicamente, o racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado em uma análise integrada - como avenidas identitárias. O objetivo não é hierarquizar as

diversas formas de opressão, mas de combater, também politicamente, a matriz colonial moderna e sua estrutura dominante.

A matriz colonial moderna é um dispositivo sofisticado que impõe verdades universais a partir do discurso hegemônico, no Norte político - mundo europeu e estadunidense -, que estrutura formas de poder que privilegia determinados grupos sobreposto a outros, como no caso de mulheres brancas sobre mulheres negras, por exemplo. O cruzamento de várias formas de dominação sobre corpos marginalizados, e as diferentes formas de violências simbólicas, constroem opressões cruzadas a partir da matriz global que carrega referências normativas cristalizadas. Ao perceber as relações de poder, imbuídas em práticas e discursos naturalistas, que criam hierarquias sociais, é necessário atacá-las estruturalmente, cientificamente e politicamente, e não de forma individualizada. Por exemplo, ao criticar apenas a discriminação do homem em relação à mulher, o patriarcado cultural, se deixa de apontar também que homens estão situados em contextos sociais diversos, e que não faz sentido essencializá-los como se fossem todos iguais. Há homens brancos, negros, latinos, heterossexuais, homossexuais, transexuais, cristãos etc. Portanto, a teoria interseccional examina como diferentes sistemas de opressão se entrecruzam. As posicionalidades podem conferir privilégios ou desvantagens dependendo do contexto estrutural (Akotirene, 2019).

2.2 A realidade das mulheres negras na Educação Superior

A inserção de mulheres negras no ensino superior brasileiro é resultado de um processo histórico de resistência e superação diante de um sistema excludente. Por muito tempo, a universidade foi um espaço reservado às elites brancas, masculinas e de classes mais favorecidas. Embora avanços tenham sido conquistados, principalmente com as políticas públicas de ações afirmativas, como o sistema de cotas raciais, as desigualdades estruturais impõem barreiras significativas à permanência acadêmica das discentes negras. A presença da mulher negra no ensino superior representa um marco de ruptura com padrões historicamente excludentes, mas essa presença é marcada por desafios relacionados ao preconceito, a invisibilidade e à falta de suporte institucional (Santos, Pinheiro e Cavalcanti (2020).

Encontra-se na base da pirâmide social brasileira, sendo afetada por uma tripla opressão: de gênero, raça e classe (Carneiro, 2003).

A permanência da população negra no ensino superior continua sendo impactada por fatores socioeconômicos, culturais e institucionais (Lopes e Braga, 2007). As mulheres negras, nesse contexto, enfrentam uma dupla marginalização que resulta em índices mais elevados de evasão, sobretudo nas instituições privadas, onde a ausência de políticas públicas tende a agravar essa situação. Como aponta Gonzalez (1984), o racismo e o sexismo estruturam profundamente a sociedade brasileira, atingindo com mais intensidade a mulher negra, historicamente invisibilizada tanto nos movimentos feministas quanto nos movimentos negros.

De acordo com Pereira, Pereira e Pocahy (2021) , a experiência universitária da mulher negra é atravessada por marcadores que evidenciam a necessidade de se considerar a interseccionalidade como ferramenta analítica. As autoras destacam o conceito de “escrevivência”, proposto pela educadora e professora Conceição Evaristo, como uma forma de resistência e de produção de conhecimento a partir das vivências dessas mulheres, que narram seus percursos acadêmicos a partir de suas subjetividades e realidades.

Mesmo após o ingresso na universidade, os desafios persistem. A ausência de políticas de permanência, como bolsas de auxílio, apoio psicológico e moradia estudantil, acaba dificultando a continuidade dos estudos. Garantir o acesso sem assegurar a permanência é perpetuar desigualdades dentro do espaço acadêmico, sendo fundamental o investimento em estratégias de acolhimento e pertencimento (Gomes, 2017). E, muitas vezes, essas discentes precisam conciliar trabalho, estudos e responsabilidades familiares. Pensar a permanência da mulher negra no ensino superior exige mais do que garantir o acesso: é necessário criar ambientes acolhedores, que valorizem a diversidade, promovam o enfrentamento ao racismo e assegurem condições concretas para que essas estudantes tenham êxito em sua trajetória acadêmica.

Ribeiro (2017) reforça a importância de reconhecer o lugar de fala das mulheres negras como uma forma legítima de produção de conhecimento, ressaltando que suas experiências acadêmicas não devem ser invisibilizadas, mas sim colocadas no centro do debate. É importante ressaltar que o acesso à universidade não garante automaticamente a equidade, pois é basilar que a instituição desenvolva formas de

inclusão, representatividade e pertencimento (Santos *et al.*, 2020). Ao refletir sobre a permanência da mulher negra na universidade:

As mulheres negras que chegam à universidade, apesar dos obstáculos históricos e contemporâneos, têm enfrentado um cotidiano institucional muitas vezes marcado pela solidão, pela ausência de representatividade e pela necessidade constante de provar que pertencem a esse espaço. Por isso, as políticas de permanência precisam considerar não apenas fatores econômicos, mas também simbólicos e identitários (Gomes, 2017, p. 122).

Pereira *et al* (2024) analisaram como as ações afirmativas promovem não apenas o ingresso, mas, também, a ressignificação da identidade da mulher negra na educação superior. O fortalecimento do pertencimento e da autoestima dessas estudantes é fundamental para garantir sua permanência e conclusão do curso, reforçando a necessidade de ampliar políticas de acolhimento e acompanhamento.

Apesar dos avanços no ingresso de mulheres negras nas universidades, persiste um número expressivo de estudantes que não conseguem permanecer nos cursos. Muitas delas continuam “fora da sala de aula”, devido à falta de políticas institucionais eficazes, ao racismo institucional e às desigualdades sociais que persistem no ambiente acadêmico (Santos e Ziliotto, 2020).

Sintetizando o breve levantamento teórico abordado neste bloco, torna-se evidente a importância de refletir sobre os mecanismos que favorecem ou dificultam a permanência dessas mulheres no ensino superior, reconhecendo suas vozes, trajetórias e contribuições para a construção de uma universidade mais justa, inclusiva e representativa.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A seleção das participantes foi realizada por meio de uma amostragem não probabilística, baseada nos seguintes critérios: (1) ter cursado ou estar cursando um curso de graduação ou pós-graduação na Faculdade Visconde de Cairu (FVC); (2) ser discente negra, autodeclarada, da instituição.

Foram coletados resultados de questionários de oito mulheres negras. Eles foram realizados por meio de um formulário online, utilizando a plataforma *Google Formulário* via e-mail. Essa abordagem permitiu uma maior flexibilidade e comodidade

para as participantes, além de facilitar a coleta de dados. Os dados foram categorizados por eixos temáticos no formato de gráficos.

4 PERFIL DA FACULDADE VISCONDE DE CAIRU

A Faculdade Visconde de Cairu (FVC) é uma instituição de ensino superior privada, sem fins lucrativos, localizada em Salvador, Bahia. É uma instituição com 120 anos de existência, reconhecida pela formação cidadã e valorização da tradição, mas atenta aos desafios contemporâneos na formação de profissionais competentes para o mercado de trabalho.

A FVC foi criada em 12 de março de 1905, por pessoas ligadas ao comércio de Salvador. O objetivo era a formação/preparação de mão-de-obra para o comércio e de cônsules desta cidade. Começou sua caminhada no ensino comercial, se adequando ao contexto socioeconômico da época. Devido a dispositivos legais da Primeira República, introduziu o primeiro curso técnico em contabilidade da Bahia. Posteriormente, a criação do primeiro curso superior da Bahia em Economia e Finanças.

Em 1946, o decreto Lei 9295/46 possibilitou a divisão da profissão de Contador: em superior e técnico, regulamentando a profissão. Introduziu o curso de bacharelado em ciências contábeis e a Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC).

A Instituição também criou vários outros cursos profissionalizantes: administração, secretariado e informática. Em 1994, desenvolveu cursos de pós-graduação *lato sensu* de Auditoria e Metodologia do Ensino Superior. Também foi implementado o Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (CEPPEV). No ano de 1997, A FVC iniciou o Mestrado em Contabilidade. Mas, atualmente, a Fundação só oferece cursos de *lato sensu*.

Em 1998, a Fundação implantou a Faculdade Visconde de Cairu (FAVIC). Começou a ofertar cursos superiores de administração e bacharelado em turismo. Em 2004, inaugurou o curso de licenciatura em pedagogia, atenta as demandas da sociedade soteropolitana. Através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a instituição teve a fachada do Pavilhão Osvaldo Velloso Gordilho, a antiga “Casa Guilherme Marback”, tombada, através do decreto nº 8.723, de 05/11/2003, sendo possível manter viva a história centenária da instituição.

Atualmente, a FVC oferece bolsas de estudo que atendem pessoas de perfil de baixa renda oriundas de escolas públicas. Oferece cursos de graduação, pós-graduação (MBA e especialização) e aperfeiçoamento profissional, nas modalidades presencial e à distância (EAD).

5 RESULTADOS E ANÁLISE

Os resultados da pesquisa foram categorizados por *eixos temáticos* para apresentar os principais padrões e percepções emergentes nas respostas das participantes negras da FVC. Os gráficos com as questões e respostas encontram-se em anexo. Os dados foram coletados entre abril e maio de 2025. A seguir apresentamos uma análise descritiva.

5.1 Desafios Financeiros

A maioria das participantes (cerca de 87,5%) apontou como principal desafio a necessidade de conciliar trabalho e estudo; enquanto, apenas 12,5% indicaram os custos com mensalidades. Esses dados corroboram com as observações de Carneiro (2003), ao destacar que as mulheres negras estão na base da pirâmide social, enfrentando opressões interligadas de raça, gênero e classe. O desafio econômico não se resume à questão financeira isolada, mas atravessa as condições de vida e permanência dessas mulheres, exigindo múltiplas jornadas de trabalho, estudos e cuidado com a família.

5.2 Desafios Acadêmicos

Os principais desafios acadêmicos relatados foram: dificuldades de aprendizado e conciliação com outras atividades (ambos com 37,5% das respostas), seguidos por falta de apoio pedagógico e adaptação ao ritmo universitário (12,5% cada). Esses elementos indicam que o ambiente universitário, mesmo com maior abertura, não está estruturado para garantir a permanência com equidade.

Conforme destaca Gomes (2017), o ingresso sem políticas de permanência efetivas perpetua as desigualdades e torna a trajetória acadêmica das mulheres

negras ainda mais excludente. A ausência de acolhimento institucional potencializa o sentimento de inadequação e o risco de evasão.

5.3 Estratégias de Conciliação

As estratégias utilizadas pelas estudantes demonstram resiliência e capacidade de autogestão, com destaque para a organização e planejamento do tempo (50%); redução de atividades de lazer (50%) e priorização de tarefas (37,5%). No entanto, nenhuma participante relatou contar com o apoio familiar ou flexibilidade no trabalho, o que indica que as mesmas estão enfrentando desafios sozinhas, sem suporte adequado e, muitas vezes, à custa do seu bem-estar. Tal como aponta Evaristo (1994), com o conceito de “escrevivência”, essas estratégias não são apenas respostas racionais, mas formas de resistência que revelam a complexidade e a subjetividade da experiência de estar como mulher negra no ensino superior.

5.4 Experiências de Racismo e Sexismo

Embora 100% das participantes tenham declarado não ter presenciado ou vivenciado situações explícitas de racismo ou sexismo na FVC, essa ausência de denúncia não necessariamente significa ausência de violência. Como discute Gonzalez (1984), o racismo no Brasil opera de forma sutil, simbólica e estrutural, muitas vezes naturalizado no cotidiano institucional. Almeida (2019) diz que o racismo é sempre estrutural, enquanto um elemento integrador da organização econômica, política e cultural da sociedade, mesmo que possa aparecer como racismo individual ou institucional.

Além disso, a questão subsequente do questionário aplicado revelou uma dispersão nas respostas, na qual todas as participantes marcaram diferentes impactos negativos: sentimentos de não pertencimento, prejuízos na saúde mental, queda de rendimento e desejo de desistência. Esse resultado reforça a ideia de opressões sobrepostas, como propõe Crenshaw (1989) sobre a interseccionalidade, em que raça, gênero e classe atuam conjuntamente na estruturação da experiência acadêmica das mulheres negras.

5.5 Ações para um Ambiente mais inclusivo

Todas as participantes declararam não saber se a FVC possui mecanismos eficazes para denúncias de racismo e sexismo. Esse dado é extremamente relevante, pois revela uma lacuna na comunicação institucional e na construção de um ambiente de confiança, pois a ausência de representatividade, e de canais funcionais de denúncia, reforçam o sentimento de invisibilidade das estudantes negras, contribuindo para sua exclusão simbólica (Santos e Ziliotto, 2020).

As sugestões oferecidas pelas discentes incluem a criação de canais de denúncias eficazes (50%); aumento da representatividade de docentes e funcionários (as) negros (as) (37,5%); capacitação continuada de letramento de raça e gênero (25%); apoio psicológico e social específico para mulheres negras (12,5%). Essas recomendações não apenas expressam demandas práticas, mas refletem o desejo por um ambiente institucional transformado, que reconheça a presença da mulher negra, não como exceção, mas como sujeito legítimo de saber e pertencimento. Ademais, Akotirene (2019) enfatiza a urgência de romper com a lógica da colonialidade do poder e repensar as estruturas acadêmicas contra-hegemônicas sob uma perspectiva interseccional.

De maneira geral, os dados revelam que as discentes negras da FVC enfrentam uma combinação de barreiras econômicas, acadêmicas e institucionais que dificultam sua permanência no ensino superior. Ainda que demonstrem estratégias de resistência e organização, o peso da ausência de apoio institucional evidencia necessidades cirúrgicas de ações concretas, especialmente no que se refere a políticas de permanência, acolhimento psicológico e enfrentamento ao racismo.

Os resultados reforçam que o ingresso na instituição de ensino superior não garante automaticamente uma inclusão sólida para as mulheres negras. É preciso uma atuação mais direcionada e estruturada para assegurar equidade, pertencimento e permanência. Os achados da pesquisa dialogam com a literatura já consolidada, ao mesmo tempo em que oferecem contribuições locais para o desenvolvimento de políticas eficazes no ambiente da FVC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou investigar as dificuldades enfrentadas por mulheres negras em sua trajetória de permanência no ensino superior, com foco específico na FVC. Através da aplicação de questionários foi possível compreender desafios, fatores e estratégias que afetam a permanência dessas discentes na instituição. As respostas obtidas revelaram que o principal desafio enfrentado pelas mulheres negras na FVC, para sua permanência acadêmica, é conciliar trabalho e estudo. Esse fator impõe uma sobrecarga significativa, impactando o tempo e a energia disponíveis para a dedicação acadêmica e, consequentemente, gerando desafios como a dificuldade de aprendizado em algumas disciplinas e carga horária apertada.

As estratégias de conciliação, embora demonstrem notável resiliência e organização pessoal, frequentemente implicam a redução de atividades de lazer, com potenciais impactos no bem-estar. No que tange às experiências de racismo e sexism, a maioria das participantes não relatou vivências explícitas dentro da FVC. No entanto, a única ocorrência reportada gerou um sentimento de não pertencimento, sublinhando o impacto profundo que tais experiências podem ter. Mais crítico foi o desconhecimento generalizado de todas as participantes sobre a existência ou eficácia de mecanismos institucionais para lidar com denúncias de racismo e sexism. Este achado sugere uma falha na comunicação e na acessibilidade dessas ferramentas, o que pode silenciar vozes e perpetuar invisibilidades. As sugestões das próprias discentes, visando tornar o ambiente mais inclusivo, incluem a criação de canais de denúncia acessíveis e eficazes, o aumento da representatividade de docentes e funcionários(as) negras(os), a capacitação contínua sobre questões raciais e de gênero para o corpo institucional e o desenvolvimento de programas de apoio psicológico e social específicos para mulheres negras.

A principal limitação da pesquisa reside no tamanho reduzido da amostra (oito participantes). Um número maior de entrevistas poderia ter capturado uma diversidade maior de experiências e percepções. Também, o foco exclusivo na FVC limita a generalização dos resultados para outras instituições de ensino superior, especialmente aquelas com diferentes perfis (públicas vs. privadas, maior ou menor diversidade). Além do mais, o desenvolvimento de estudos longitudinais,

acompanhando a trajetória de um grupo de mulheres negras ao longo de seus cursos, poderia identificar pontos críticos de evasão e estratégias de superação mais eficazes

Em síntese, a permanência de mulheres negras no ensino superior é influenciada por uma intersecção de fatores socioeconômicos e institucionais. As descobertas desta pesquisa, com estudantes de uma faculdade privada soteropolitana e centenária, na capital mais negra do país, dialogam com a literatura recente e reforçam a necessidade das instituições de ensino superior adotarem medidas mais proativa e interseccional para garantir não apenas o acesso, mas a plena permanência e sucesso acadêmico dessas estudantes, contribuindo, decisivamente, para a construção de consolidação de uma democracia racial e de gênero, justa, equitativa e representativa.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. São Paulo: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2003. Disponível em:
<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/Grupo%20de%20Estudos/Sueli%20Carneiro.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação. **Feminist Review**, n. 1, p. 139–167, 1989.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. **E não sou uma mulher? – Sojourner Truth**. São Paulo: Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em 17 mai. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-81.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Demográfico 2022: população residente, área territorial e densidade demográfica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 01 de jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

LOPES, M. A., BRAGA, M. L. S. **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. Coleções Educação para Todos, 2007. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154587>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PASCHOARELLI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi; BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. **Características qualitativas, quantitativas e quali-quantitativas de abordagens científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico**. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/download/15699/14030/26701>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PEREIRA, C. S.; PEREIRA, A. L.; POCAHY, F. MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: RESSONÂNCIAS E(M) ESCREVIVÊNCIAS. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1360–1377, 2021. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67872>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PEREIRA, Telma Nazaré de Sousa; MELO, Leila do Socorro Araújo; SANTOS, Neilce do Socorro Coelho dos; PEREIRA, Lucilene Gomes; TRINDADE, Sandra Regina Gomes; REIS, Elen Silva. **Ações afirmativas: uma ressignificação da identidade da mulher negra no ensino superior**. Ciências Sociais, Pedagogia, v. 28, n. 136, jul. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/acoes-affirmativas-uma-ressignificacao-da-identidade-da-mulher-negra-no-ensino-superior/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

RIBEIRO, Djamil. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Dayse Costa dos; PINHEIRO, Delza Cristina; CAVALCANTI, Enimeyre de Melo. Relações étnico-raciais e educação: a inserção da mulher negra no ensino superior. **XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação**, 2020. Disponível em:
https://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6439TEXTO_PRO_POSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

SANTOS, Letícia Laureano dos; ZILIOOTTO, Denise Macedo. Ainda fora da sala de aula: mulheres negras no ensino superior. **Revista Mouseion**, Universidade La Salle, n. 37, 07 dez. 2020. Seção Dossiê. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/7610>. Acesso em: 23 mar. 2025.